

Uma nova inscrição romana em São Pedro

GUILHERME CARDOSO
JOSÉ D'ENCARNAÇÃO
ISABEL LUNA

Uma dedicação de muito louvar

Na igreja de São Pedro da Cadeira, sede da freguesia deste concelho de Torres Vedras, os "tesouros" patrimoniais que fizeram a sua história têm vindo a ser valorizados através da extraordinária dedicação da senhora D. Elisa Henriques. Pessoa extremamente interessada pelo património, D. Elisa reparte a sua actividade de oleira com a de zeladora da referida igreja, onde tem levado a cabo, desde há alguns anos, um inestimável trabalho de salvaguarda e conservação do seu património material: limpa e trata todos os objectos antigos que por lá encontra e inventaria-os com enorme dedicação, como forma de garantir a sua perenidade e valorização por parte dos habitantes.

É assim que hoje em dia podemos encontrar, em vitrinas mandadas fazer para o efeito, fotografias antigas, alfaias litúrgicas, paramentos que restaurou nos tempos livres, livros de visitas do século XVII, róis de confessados, lápides ou o relógio de sol que, com a ajuda de especialistas, tratou de mandar colocar de novo em funcionamento na fachada da igreja.

Foi também D. Elisa que descobriu, no quintal da casa paroquial, uma pedra que logo lhe pareceu especial e não descansou enquanto não a virou e lhe descobriu as letras, tratando logo de a levar para lugar seguro: está actualmente na sacristia da igreja, devidamente resguardada por um gradeamento de ferro.

Agradecemos-lhe, pois, as facilidades (e foram muitas) que nos concedeu para que pudéssemos levar a cabo o estudo dessa epígrafe romana e não podemos deixar de exarar aqui todo o nosso aplauso pelo enorme entusiasmo e quase devoção extrema com que voluntariamente se dedica a este importantíssimo labor em prol do património local.

O monumento

Trata-se do que tecnicamente se designa por cipo (fig. 1), porque, assemelhando-se a um



Fig. 4: Igreja de São Pedro da Cadeira

pedestal, paralelepípedo, não se destinava a receber uma estátua. É certo que, no caso presente, há no topo uma cavidade, cujas características formais (ver fig. 2)¹ e pátina antiga poderiam sugerir que fora efectuada no momento em que se preparava a peça para receber a inscrição.

Sucedem porém que, por memorar duas pessoas, não parece muito plausível que haja servido para nela se incrustar um busto ou uma escultura. Em monumentos funerários romanos encontra-se, de facto, uma cavidade no topo superior: é o fóculo, destinado a receber (ou a fazer de conta que recebe...) as essências a queimar em homenagem aos defuntos. Sucedem porém que, nesses casos, o fóculo se encontra bem alisado e, geralmente, ladeado de dois toros, a formar, pois, um capitel de agradável aspecto – o que não acontece aqui, pois as paredes internas da cavidade (a formar como que dois "patamares") se apresentam rugosas e toda a face superior se encontra rudemente desbastada, a sugerir-nos, de preferência, uma reutilização posterior.

Não nos admiraria (e uma análise química poderia ser argumento de prova) que se tivesse usado a pedra, com inscrição à mostra ou escondida contra a parede, como pia de água benta. De líoz rósea com rudistas, do tipo dos mármore de Pêro Pinheiro, o monumento tem as faces laterais lisas, mas a oposta à inscrição apenas foi afeiçãoada, pormenor que ora não é possível confirmar, por a pedra estar encostada à parede e ser muito pesada.

Dimensões: 70 x 49 x 30,5 cm.

Campo epigráfico: 70 x 49 cm.

O que diz o texto

Escrita em Latim, como era hábito no tempo dos romanos na Península Ibérica, a inscrição (fig. 3) apresenta-se em letras maiúsculas e o artífice (chamava-se "o lapicida") usou de siglas e abreviaturas e recorreu a letras mais pequenas para obter uma paginação bonita de se ver e de leitura fácil (na altura, todos compreendiam o significado dessas siglas...). Por outro lado, para distinguir umas palavras das outras,

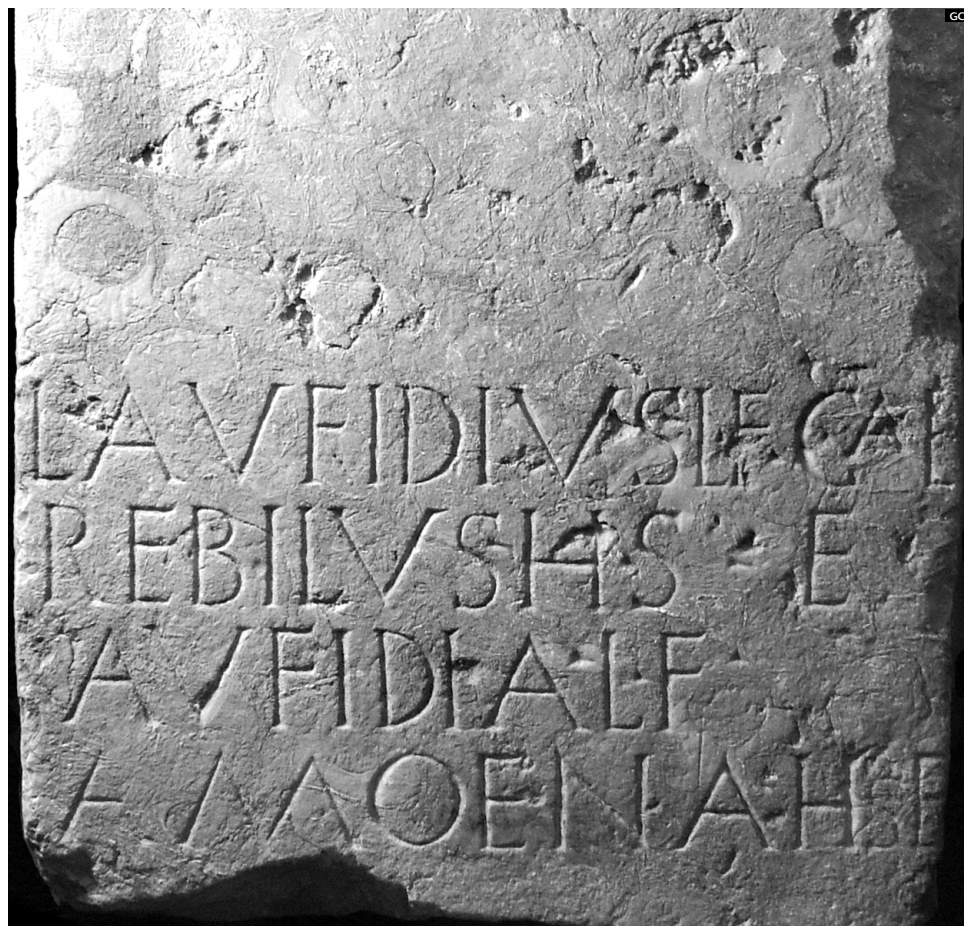


Fig. 2: O monumento na sua totalidade

usou de pontuação, em forma de reentrâncias triangulares, colocada a meio da altura das letras, ou melhor, onde havia espaço para tal – o que mostra a perícia técnica do lapicida.

Observe-se, aliás, que houve muito requinte na gravação desse texto, obedecendo a uma disposição lógica dos seus elementos, evitando cortar palavras e/ou sílabas, recorrendo sabiamente a letras de módulo menor (o A na l. 1 e o S no final), num corte em bisel (ou seja, de rasgo angular) para que, com os efeitos da luz solar (caso não se tivesse recorrido à pintura dos caracteres), facilmente o conjunto se tornasse legível.

Admirará, porventura, o facto de o texto ter sido posto bastante em baixo. Deixando de lado a hipótese (verosímil, mas invulgar) de se haver reservado esse espaço para nele se gravarem nomes de outros defuntos a ser sepultados no mesmo local, interpretamos essa paginação como indicio de que o monumento tinha uma base de apreciáveis dimensões e, por isso, a leitura era feita a partir de um plano inferior de visão.

Já agora, importa também responder à questão: haveria mais linhas em baixo? Afigura-se-nos que não, pois – se letras mais tivera – algo se notaria no canto inferior direito, dada a regularidade do espaçamento interlinear. Veja-se, por outro lado, como as letras estão geometricamente desenhadas, decerto porque sobre a superfície a gravar (o chamado "campo epigráfico"), se esboçou previamente o que nela se iria esculpir.

Desdobrando siglas e abreviaturas, lê-se o seguinte:

L(ucius) • AVFIDIVS • L(ucii) • F(ilius) • GAL(eria) / REBILVS • H(ic) • S(itus) • E(st) • / AVFIDIA • L(ucii) • F(ilia) • AMOENA • H(ic) • S(ita) • E(st)

O que, em português, significa o seguinte: Aqui jaz Lúcio Aufídio Rebil, filho de Lúcio, da tribo Galéria. Aqui jaz Aufídia Amena, filha de Lúcio.

Altura das letras: l. 1: 5,2 (A=3,9); l. 2: 5,2; l. 3: 5,3; l. 4: 5,2 (N=5,4; S=4,2). Espaços: 1: 39,5; 2: 1,1; 3: 1,2; 4: 1,3; 5: 6,8.

O interesse histórico do monumento

Deverá dizer-se, em primeiro lugar, que se trata de uma inscrição que data do século I da nossa era. Podemos demonstrá-lo com três argumentos:

– É o primeiro a forma como as letras se encontram desenhadas, pois sabemos que também nisso houve modas e, aqui, essa forma é típica dos começos do Império romano: o O bem circular; os VV, NN, MM e HH muito largos; a perna breve e vertical do G (nitidamente desenhado a partir de um O); o S de curvaturas simétricas. Sintomáticos são o R e o B, ambos feitos com base na forma do P: no primeiro, lançou-se a perna oblíqua; no segundo, a curvatura (maior) da pança inferior. Anote-se, ainda, a horizontalidade (digamos assim) de todo o conjunto, bem acentuada quer pelas pequenas barras dos vértices (vejam-se, por exemplo, os vértices inferiores do A), bem como pela absoluta horizontalidade das barras medianas (do A, do H, do E, do F). Aliás, esse "sublinhar" de vértices (evidente também no V e no H) denota o que atrás se dizia acerca do cuidado posto na paginação: preexistiram, sem dúvida, linhas de pauta e foi a partir delas que o lapicida começou a gravar as letras. E o sábio recurso a letras mais pequenas é, nesse aspecto, deveras sintomático.

– O segundo argumento prende-se com o modo como as duas personagens estão identificadas; ou melhor, os nomes que têm – e disso sucintamente se dirá mais abaixo.

– Finalmente, a simplicidade do texto, que obedece apenas à estrutura comum nessa época: a identificação dos defuntos e a indicação de que ali jazem. Sem menção da idade; sem a expressão «que a terra te seja leve»; sem referência ao grau de parentesco.

Uma família ilustre?

Seriam irmãos Rebil e Amena: ambos têm como nome de família Aufídio e ambos se identificam como filhos de Lúcio. E é na análise da onomástica que os especialistas se baseiam

da Cadeira



Fig. 3: A face superior do monumento

para tentarem discernir quem eram, afinal, as personagens com cujos testemunhos, da época romana, se deparam.

Dir-se-á, em primeiro lugar, que ambos serão cidadãos romanos, porque Rebilus vem identificado como pertencendo à tribo Galéria, sinal, naqueles tempos, de que fora inscrito no censo de uma cidade, neste caso *Olisipo* (Lisboa), em que César ou o imperador Augusto inscreveram este município. Só os homens tinham, oficialmente, direitos políticos e, por isso, a menção da tribo não existe na identificação das mulheres, salvo raríssimas excepções.

Ora, essa família *Aufidia* é, pelos testemunhos que dela nos chegaram até ao momento (e já bastantes foram e bem elucidativos), uma das que integraram a primeira vaga de colonos itálicos que no território peninsular vieram fixar-se. Temos bastantes exemplos nomeadamente em Tarragona, cidade que deteve uma importância primordial na organização administrativa romana da Península, pois que foi a capital da *Provincia Hispania Citerior* e constituía seguramente o porto mediterrânico de maior poderio económico²; mas acontece que um núcleo importante dessa família se instalou na Lusitânia Ocidental, atraídos, sem dúvida, pela riqueza agrária que, já nesse tempo, a região proporcionaria, uma vez que temos inscrições em sua honra em Cós (Alcobaça), em Porto de Mós e em Paialvo (Tomar)³. De resto, pelo que se conhece, de outras inscrições da Península Ibérica, os *Aufidii* teriam gozado de grande prestígio e ocupado cargos de relevo no seio da comunidade peninsular⁴.

Em Paialvo temos também uma *Aufidia Amoena*, sendo difícil deduzir da mera homonímia que estejamos perante a mesma personagem; no entanto, não pode deixar de observar-se que a presença do apelido *Amoena*, de significado concreto, «a bonita», «a afável», é muito frequente em ambientes de indígenas romanizados, ou seja, em que se detecta estreito relacionamento, por via de uniões familiares, entre os colonos e os membros do substrato indígena preexistente. Assim deve ter acontecido aqui, dado que, por seu turno, o apelido do irmão (que, à partida, deverá ser mais velho) não é, seguramente, de cariz peninsular: na citada base de dados encontramos apenas mais duas atestações, uma em Vigo, na Galiza⁵, e outra, a estela do, também olisiponense, *L(ucius) Messius L(ucii) f(ilius) Galleria Rebilus*.

Atenção particular nos merece, pois, esse cognome *Rebilus*. Devido à sua aparente proximidade com um nome tipicamente peninsular, *Reburus*, onde parecia reconhecer-se um mesmo «radical», *Reb-*, os linguistas, designadamente Maria de Lourdes Albertos⁶, deduziram

que tal circunstância poderia sugerir uma origem pré-romana. Aliás, foi por esse motivo que Vallejo Ruiz⁷ incluiu tal antropónimo no rol dos que se poderão considerar «indígenas».

Houve, decerto, um lapso de investigação, pois, na realidade, este nome nada tem de indígena, ainda que liro Kajanto, inexplicavelmente, o não inclua na sua lista de cognomes latinos⁸. Na verdade, trata-se de um nome raro, mas é bem conhecido, por exemplo, *Caius Caninius Rebilus*, que foi legado de Júlio César na Gália, em 52 e 51 a. C.; César refere-se-lhe por diversas vezes nos seus escritos, assim como Séneca e Tácito. *Rebilus* participou na guerra contra os gauleses e, no ano 45 a. C., acompanhou César na batalha de *Munda*, na Península Ibérica.

Curiosamente, dado que o cônsul *Quintus Fabius Maximus* faleceu subitamente no último dia desse ano, *Rebilus* chegou a ser nomeado cônsul substituto (*consul suffectus*), exercendo assim funções, por escassas horas, porquanto o novo cônsul tomou posse no dia seguinte⁹. Ora, todas essas circunstâncias nos levam a crer que o nome haja sido dado a Lúcio Aufídio justamente em honra de Gaio Canínio, o que demonstraria, de facto, alguns conhecimentos históricos.

O contexto romano do monumento

Uma última questão a pôr: donde é que a peça veio? Ou, dizendo doutra forma: qual

terá sido o seu contexto original? Certamente o pároco ou alguém responsável a terão recolhido vinda de algum lugar, naturalmente tutelado pela paróquia, que poderia ser a igreja paroquial de São Pedro da Cadeira ou a capela da Senhora da Cátedra. Julgamos, por isso, que deverá estar relacionada com os achados de cerâmica romana que facilmente se detectam à superfície, num terreno muito próximo, fronteiro à capela de Nossa Senhora da Cátedra. Recorde-se o que, a respeito do que designámos «villa romana de Nossa Senhora da Cátedra (ou do Formigal)», já tivemos ocasião de escrever¹⁰:

«À entrada da aldeia de São Pedro da Cadeira, numa propriedade fronteira à capela de Nossa Senhora da Cátedra, junto a uma pequena linha de água, recolhemos diversos fragmentos de terra sigillata itálica, hispânica, galoromana e clara A, C e D. Recolhemos, ainda, cerâmica, fragmentos de estuque branco, de imbrices e de opus signinum, bem como um fragmento do bordo de uma ânfora da forma Dressel 14. Os trabalhos agrícolas para a plantação de vinha devem ter danificado fortemente o sítio arqueológico, já que as cerâmicas se encontram completamente fragmentadas».

Não podemos também esquecer que por aqui passaria uma via romana¹¹, que, partindo de Torres Vedras, seguia para o litoral, bordejando o rio Sizandro, passando por São Gião d'Entre as Vinhas, Coutada, São Pedro da Cadeira e Casal da Estrada, continuando depois para Mafra e Sintra, via Pêro Pinheiro.

Por último, refira-se que na igreja de São Pedro da Cadeira existem outras duas inscrições romanas¹², cuja matéria-prima, porém, sendo igual entre si, difere da peça agora em estudo.

Em conclusão

Suspeitávamos que, na verdade, tão imponente monumento com um letreiro tão bem gravado deveria ter mui curiosa história a contar. Mas as expectativas acabaram por ultrapassar a realidade. E assim ficámos a saber, mais uma vez, que, ao tempo dos romanos, o território que é hoje pertença do município de Torres Vedras, para além de estar na directa dependência de *Olisipo* (a Lisboa romana), foi habitado por gentes que, pela onomástica que

ostentam, demonstram ter gozado de relevante estatuto social, económico e cultural.

Mais um motivo, portanto, para que os torrienses sintam orgulho do seu passado, ainda que de há dois mil anos atrás. É que, já nessa altura, tinham uma palavra a dizer! E mais um motivo também para que pedras como esta, aparentemente sem préstimo e com palavras que o vulgo não consegue decifrar, continuem a ser devidamente salvaguardadas, como em tão boa hora o fez D. Elisa Henriques¹³!

FOTOGRAFIAS: GUILHERME CARDOSO

- 1 Encontra-se centrada, constituída por um buraco cilíndrico com outro mais pequeno inserido no fundo. Distâncias para as faces: 17 cm para cada lado; 7 cm para a frente e para a face posterior; diâmetro de topo: 15,5 cm; altura total: 10,5; diâmetro da cavidade inferior: 10,5 cm; altura da cavidade inferior; 5,2 cm.
- 2 Dos 26 testemunhos registados na base de dados da epigrafia romana peninsular www.eda-bea.es/, consultada a 5-2-2010, verifica-se que 9 são dessa cidade.
- 3 Mapa 48 do *Atlas Antropónimoico de la Lusitania Romana*, edição coordenada por Milagros NAVARRO CABALLERO e José Luís RAMÍREZ SÁDABA, Mérida, 2003, p. 106.
- 4 Cf. Jorge de ALARCÃO, «*Alfidii e Aufidii de Collippo e Sellium*», *Humanitas* 45 1993 193-198. A hipótese de ter havido uma variante gráfica do mesmo gentílico afigura-se-nos, hoje, menos provável, atendendo a que ambos os gentílios – *Alfidii* e *Aufidii* – estão seguramente documentados, sem indicio de ter havido contaminação (por exemplo, em Mérida, capital da Lusitânia, há vários testemunhos de *Alfidii* e nenhum de *Aufidii*). Em todo o caso, não fica – antes pelo contrário! – invalidada a confirmação da importância de ambas as gentes na Lusitânia romana.
- 5 *Hispania Epigraphica* 6, 1996, 778 = *L'Année Epigraphique* 1969/70, 263.
- 6 «Nuevos antropónimos hispánicos», *Emerita* XXXIII (2) 1965 p. 119-120.
- 7 VALLEJO RUIZ (José María), *Antroponomia Indígena de la Lusitania Romana*, Vitoria-Gasteiz, 2005, p. 381.
- 8 KAJANTO (Iiro), *The Latin Cognomina*, Roma, 1982 (reimp.).
- 9 Permita-se-nos um aparte: tal circunstância foi motivo de chacota entre os seus contemporâneos: Cícero não lhe poupou críticas e Macróbio (*Sat.* II 3.26) escreveu: «*Vigilantem habemus consulem Caninium, qui in consulatu suo somnum non vidit*» («Temos Canínio por cônsul vigilante, pois que, no seu consulado, não viu o sono!»).
- 10 Guilherme CARDOSO e Isabel LUNA, «Últimos dados sobre a romanização no concelho de Torres Vedras», *Actas do Congresso "A presença romana na Região Oeste"*, Bombaral: Câmara Municipal, 2005, p. 72.
- 11 Vasco MANTAS, «A rede viária romana e medieval da região de Torres Vedras», *Torres Vêteras*, I – *Actas de História Medieval*, Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras/Instituto de Estudos Regionais e Municipalismo "Alexandre Herculano", 2000, pp. 9-25.
- 12 Vasco MANTAS, «Três inscrições romanas do concelho de Torres Vedras», *Conimbriga* 24 1985, pp. 125-149.
- 13 Este trabalho integra-se, pela parte de José d'Encarnação, no projecto de investigação do grupo Epigraphy and Iconology of Antiquity and Medieval Ages, do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (Unidade I&D n.º 281 da Fundação para a Ciência e a Tecnologia). No que respeita a Guilherme Cardoso, no quadro da sua actividade como arqueólogo da Assembleia Distrital de Lisboa.

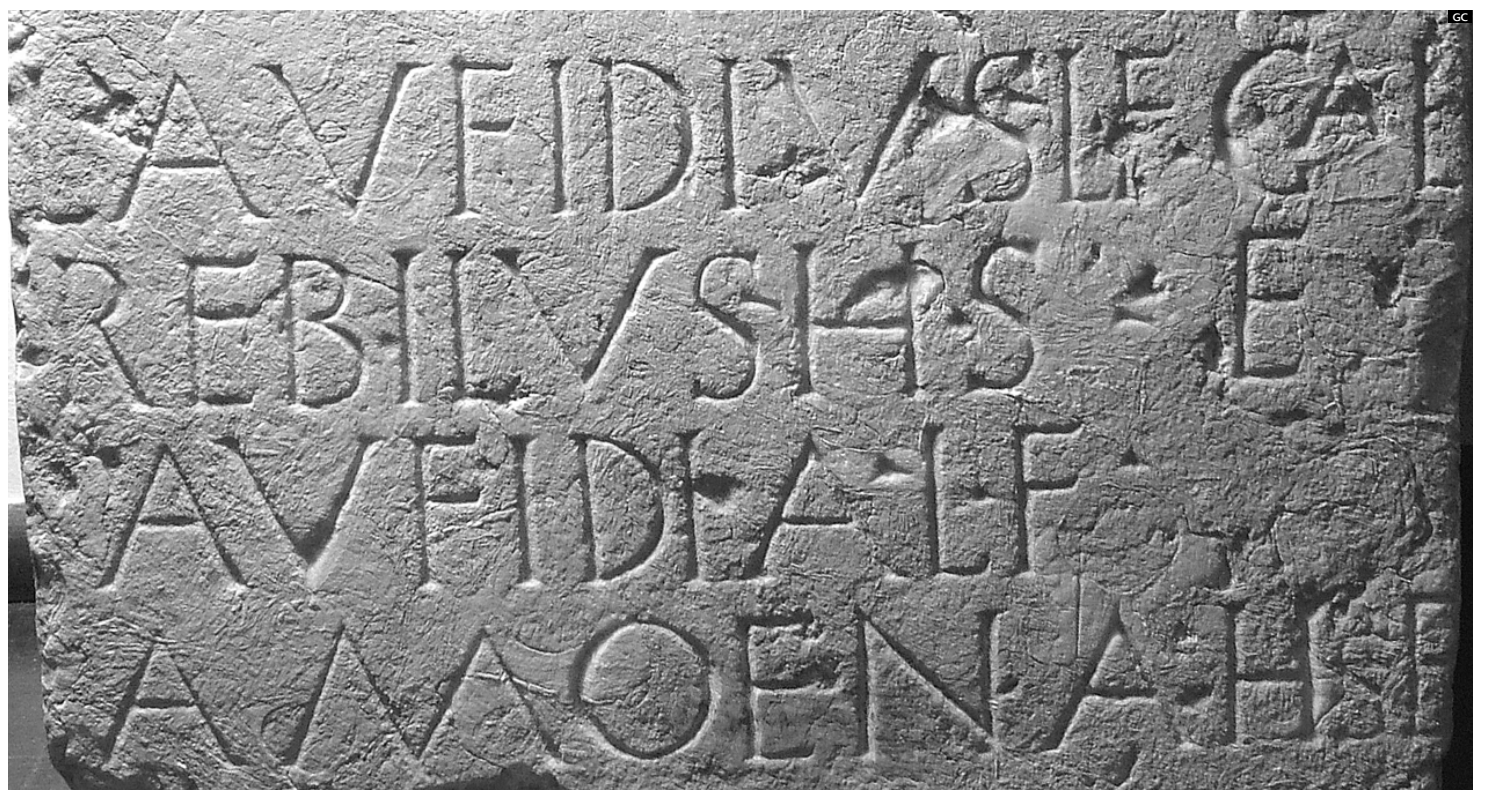


Fig. 4: A inscrição